## Opinião do GLOBO

# Regulamentação da reforma tributária é urgente para o país

Projeto apresentado pelo governo, com todos os senões, deve ser encarado como prioridade no Congresso

om a aprovação da reforma tributária no ano passado, ca o en entre de come coverções e inerções rate atronucion para priva por la comerte, come coverções e inerções rate atronucion para por la fila também indicis de voracidade are recadioria, a gesar de o governa do Falla acoldicas e bebdas impostos federais (FIS, Coffins e IPI), um estadual (CMS) em um umica pal). A madança reduzirá o tempo inace (ISS) federal pl RSC estadale munica pal). A mudança reduzirá o tempo inace celificido gato pola empresa por a cadará com a coma pota empresa para administrar o pagamento de tributos, acabará com a coma mulatividade per acuma torre por en consequente má a competitividade brasileira e contrabuirá para diministrar o pagamento de tributos, acabará com a coma genera fisca, com compoçõe guerras fisca, ico, com propos tas empresa para como sistema a competitividade brasileira e contrabuirá para diministra o pagamento de investira e consenta de portunidade portunidade portunidade de mento en consequente má alocação de investira.

O Escuentivo apresentou nesta sema-da constitucional promulgade em deservações e capitas fiscas, com propos tas de regulamentação, com propostas de regras para o novo sistema. Em mais de se regulamentação, com propostas de regras para o novo sistema. Em mais de se regulamentação, com propostas de regras para novo sistema. Em mais de se regulamentação, com propostas de regras para novo sistema. Em mais de se regulamentação, com propostas de regras para novo sistema. Em mais de se regulamentação, com propostas de regras para novo sistema. Em mais de se regulamentação, com propostas de regras para novo sistema. Em mais de se regulamentação, com propostas de regras para novo sistema. Em mais de portugado de portugado de vida de vida de portugado de vida de vid

# Câmara tem de rejeitar projeto de regionalização de normas sobre armas

Projeto aprovado na CCJ dificulta controle de armamentos, necessário ao sucesso no combate à violência

Comissão de Constituição teu viviais medidas armamentistas de la provincia com projetida combate à voie permite aos estados e ao Distrito Federal Registar sobre a posse a premite aos estados e ao Distrito Federal Registar sobre a posse a proprieta es estados e ao Distrito Federal Registar sobre a posse a combate à voie permite aos estados e ao Distrito Federal Registar sobre a posse a combate à voie permite aos estados e de mandados de la provinción de armas tem sido negativa. A experiência com a supervisão do constituido de compara armas e munições no pela federal com a supervisão do constituido de compara armas e munições no pela federal com a supervisão do constituido de compara armas e munições no pela federal com a supervisão do constituido de compara armas e munições no pela federal com a supervisão do constituido de compara armas de múnicipa de combate de compara armas do ministerio de armas tem são negativa. Cabia aperas ao Exercito emitri a banilização do sos de armas tem são de compara da subardia do compara da subardia do compara da subardia do compara do compara de compara armas do ministerio de armas tem são negativa. Cabia aperas ao a Distrito de compara armas do ministerio de armas tem são negativa. Cabia aperas ao Exercito emitria de combate da unidado podera de partir do compara armas de compara do compara de compar

Sexta-feira 26.4 2024 O GLOBO

## **Artigos**

**VERA** MAGALHÃES





### Governo perde tempo com batalhas inúteis

Enquanto o discurso de Lula diz que ele e os ministros Levem buscar a concórdia com o Congresso e intensifica ações para impulsionar o rescimento da economia, a realização das promessas de campanha e, portanto, a popularidade do governo, a prática muita vezes não condiz com essas diretrizes.

Belo Flanalho para adia novamente a asesão do Congresso que analisaria uma série de vetos presidenciais, e forçosamente imporia uma derota de alguma monta a og oyerno, o Esecutivo ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com uma ação questionanda a constitucionalidade da prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de pequenos e melhos municípios.

Não é nova a alegação da Advocacia Geral da União (ACU), tene de como de la constitucionalidade da prorrogação da desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de pequenos e melhos municípios.

Não é nova a alegação da Advocacia Geral da União (ACU), tene de la como de la como de la como de la constitución de la como de la co

### GRUPCILOBO

O GLOBO



CARBON E